TL 418

Programa Indicativo
da Cooperação Portuguesa para Apoio à Transição de

Timor Leste

2000

Gabinete do Comissário Para o Apoio
à Transição de Timor Leste

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Índice

Introdução 3

Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET) 4

Apoio internacional à transição de Timor Leste 4

A Assistência Humanitária 5

O Trust Fund da UNTAET 6

O Trust Fund do Banco Mundial (TFET) 7

Balanço das actividades desenvolvidas durante o ano de 1999 8

Programa de Cooperação 2000 - 2002 11

Princípios Gerais do Programa Indicativo da Cooperação 12

Estrutura da Coperação com Timor Leste 13

Programa Indicativo da Cooperação para o ano 2000 14

Apoio ao Sistema Educativo 16

Assistência Humanitária e Sector da Saúde 17

Apoio à Estruturação do Futuro Estado e Reforço da Sociedade Civil 17

Construção e Reabilitação de Edifícios 18

Apoio ao Desenvolvimento Económico 19

ANEXO I - Apelo Consolidado das Nações Unidas para Timor Leste 21

ANEXO II - O Programa de Apoio à Reconstrução de Timor Leste 2000-2002 22

Eduardo Gageiro

Introdução

O objectivo político prosseguido por Portugal ao longo das duas últimas décadas foi atingido em Agosto de 1999 quando os timorenses tiveram a possibilidade de decidir livremente o seu futuro.

Encontrando-se praticamente alcançada a pacificação em Timor, as atenções podem agora concentrar-se no processo de reconstrução e desenvolvimento do território e na criação de condições para a transição para a independência que será conduzida pelas Nações Unidas, em consulta com os timorenses.

Em execução da política internacional definida no Programa de Governo e no seguimento do relatório sobre a situação em Timor Leste, aprovado e assumido em Conselho de Ministros como conjunto de princípios orientadores da cooperação portuguesa relativamente aquele território, foi criado pelo decreto-lei 189-A/99, de 4 de Junho o cargo de Comissário para o Apoio à Transição em Timor Leste (CATTL), com a função de "coordenar a elaboração e execução dos programas e acções" de apoio durante o período de transição previsto nos acordos de Nova Iorque de 5 de Maio de 1999.

De imediato se deu início ao trabalho, com o acto de posse, em 7 de Junho, do Comissário entretanto nomeado, o Dr. Vítor Melícias, e a constituição de um pequeno Gabinete, episodicamente apoiado por voluntários que gratuitamente se oferecem para várias tarefas.

Para desenvolvimento da sua missão de coordenação dos vários programas, iniciativas e acções de cooperação e apoio, quer bilateral quer multilateral, promovidas ou participadas pelo Estado ou pela sociedade civil portuguesa, o Comissário, além do Gabinete, dispõe relativamente ao sector público, de uma Comissão Interministerial e de um Orçamento incluindo verbas de funcionamento e verbas de apoio e cooperação.

Esta Comissão Interministerial, cujos membros são nomeados pelo Ministro que representam, tem por missão desenvolver, no âmbito do respectivo Ministério e em conjugação com o Gabinete do Comissário e os outros membros da Comissão Interministerial, as acções e diligências necessárias e convenientes para a atempada execução dos programas que vierem a ser definidos de modo a serem evitados quer a descoordenação entre iniciativas e na relação com outros parceiros internacionais e institucionais quer a confusão e a duplicação de apelos e solicitações por parte dos destinatários.

O presente documento pretende dar a conhecer o Programa da Cooperação Portuguesa para Timor Leste, bem como as linhas gerais da estratégia delineada pela Comunidade Internacional para a prossecução do objectivo comum de desenvolvimento de Timor Leste.

Administração transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET)

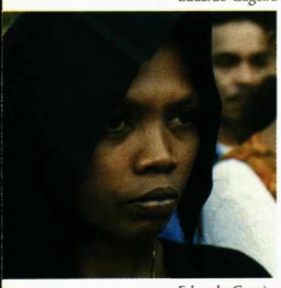
A UNTAET foi criada por via da Resolução 1272 do Conselho de Segurança para administrar o território de Timor Leste durante o período de transição para a independência, tendo-lhe sido atribuídos poderes legislativos e executivos necessários para garantir a manutenção da segurança e ordem públicas; a criação de uma administração efectiva; reatar o fornecimento dos bens e serviços públicos essenciais; assegurar a coordenação e distribuição da assistência humanitária, bem como do apoio à reabilitação e desenvolvimento; promover a capacitação institucional tendente a assegurar as condições para o autogoverno; e apoiar a criação de condições para o desenvolvimento sustentável.

Com o intuito de garantir a participação do povo timorense no processo de tomada de decisões durante o período de administração transitória foi criado um mecanismo consultivo, designado por Conselho Consultivo Nacional, constituído por 15 membros, que fará recomendações ao Administrador Transitório sobre todas as questões referentes ao exercício dos seus poderes executivos e legislativos.

A UNTAET está organizada em volta de três pilares:

- Assistência Humanitária e Reabilitação de Emergência, responsável pela coordenação e distribuição da ajuda de emergência às populações e pela satisfação das necessidades imediatas de reconstrução cuja coordenação está a cargo da OCHA;
- Administração Pública e Governação (incluindo a gestão da força policial internacional) responsável pela administração de Timor Leste e pela criação de condições para capacitar os timorenses para levarem a cabo as tarefas da governação;
- Componente militar, que fornecerá, se necessário, apoio à polícia nas tarefas de manutenção da lei e da ordem.

Eduardo Gageiro


Eduardo Gageiro

Apoio internacional à transição de Timor Leste

Na sequência da missão conjunta de avaliação liderada pelo Banco Mundial, da identificação das necessidades humanitárias realizada pela OCHA (departamento das Nações Unidas responsável pela coordenação da assistência humanitária) e ainda da missão do Fundo Monetário Internacional, foram identificadas as seguintes necessidades de financiamento:

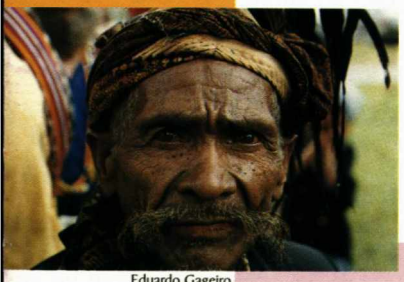
Programa de Assistência	4º Tri. 1999	2000	2001	2002	Total
Actividades humanitárias	40 000	85 970			125 970
Actividades de reconstrução e desenvolvimento:		77 381	141 898	83 483	302 760
·Governação e Capacitação Institucional		13 325	18 235	9 495	41 055
·Outros sectores		64 056	123 663	73 988	261 705
Necessidades de financiamento do orçamento		15 000			
Total de contribuições voluntárias	40 000	178 351			
Força de manutenção de paz (assessed contributions)		700 000	Não Estimado		
Total das necessidade de financiamento externo		878 351			

Unidade: milhares de USD

Eduardo Gageiro

A UNTAET (entidade responsável pela condução de todas as matérias relacionadas com a governação do território), assessorada pelo Conselho Consultivo, coordenará a aplicação dos fundos disponibilizados, definirá as prioridades de reconstrução e será responsável pela aprovação de todos os programas e projectos que serão desenvolvidos em Timor.

Na sequência da conferência internacional de doadores realizada em Tóquio durante o mês de Dezembro de 1999, a comunidade internacional deu um claro sinal de apoio ao processo de transição de Timor Leste, ao mobilizar apoios financeiros que ultrapassaram as necessidades identificadas pelas Nações Unidas, possibilitando deste modo os meios financeiros indispensáveis à condução do processo pela UNTAET.



Eduardo Gageiro

A Assistência Humanitária

O quadro seguinte identifica os sectores e as dotações orçamentais associadas aos projectos de assistência humanitária e reabilitação de emergência que estão a ser desenvolvidos, sob a coordenação da OCHA, desde Outubro de 1999 a Junho de 2000:

Designação	Valor	Designação	Valor
Retorno e reintegração		Água e saneamento	3 760 000
(incluindo abrigo)	72 649 856	Educação e acção comunitária	150 000
Ajuda alimentar		Princípios humanitários	483 000
e segurança alimentar	24 109 900	Coordenação e logística	20 867 718
Saúde	3 950 000	Total	125 970 474

Unidade: USD

Nesta matéria, para além das acções de carácter bilateral desenvolvidas pelo Comissariado de Apoio à Transição de Timor Leste através da Missão Humanitária, Portugal disponibilizou um apoio da ordem dos 10,5 MUSD, dos quais 6,5 MUSD se destinam ao apoio ao Retorno e Reintegração de timorenses e 3 MUSD ao sector da saúde.

O Trust Fund da UNTAET

Para garantir um grau de autonomia e de flexibilidade financeiras essenciais ao desenvolvimento das actividades da governação por parte da UNTAET foi criado um Trust Fund para onde os doadores canalizarão as contribuições destinadas ao pagamento das despesas de funcionamento da administração civil timorense, ao suporte de projectos de reabilitação de emergência e ao desenvolvimento de todos os projectos de formação e capacitação institucional da administração timorense.

As necessidades de financiamento estimadas pelas Nações Unidas para o ano 2000 ascendem a cerca de 28 MUSD dos quais 15 milhões destinados à cobertura dos custos correntes e 13 MUSD para o desenvolvimento de projectos na área da administração pública, da justiça e da segurança interna:

Eduardo Gageiro

Eduardo Gageiro

Projectos	2000	2001	2002	Total
Administração Pública				
Capacitação e formação de funcionários públicos	1 426	1 579	1 437	4 442
Subcontratação do recrutamento	400			400
Formação	365	356	287	1 008
Assistência técnica	1 061	1 264	1 150	3 475
Sistema de arquivo		50		50
Recuperação da administração pública e de edifícios públicos (excluindo os tribunais)	8 928	13 373	6 445	28 746
Subtotal	12 180	16 622	9 319	38 121
Segurança interna e justiça				
Assistência técnica ao sector judicial	225	75		300
Assistência técnica à comissão de terras	90	30		120
Recuperação de tribunais e edifícios judiciários	830	1 509	176	2 515
Subtotal	1 145	1 614	176	2 935
Total	13325	18 235	9 495	41 055

Unidade: milhares de USD

Portugal anunciou apoios para esta área no montante de 7,5 MUSD, tendo já desembolsado 6 MUSD destinados ao pagamento dos salários dos funcionários públicos timorenses e à execução dos projectos acima elencados.

O Trust Fund do Banco Mundial (TFET)

O TFET (Trust Fund for East Timor) será utilizado para canalizar os apoios para a preparação de estudos, formação, assistência técnica, aquisição de bens e serviços necessários ao desenvolvimento dos projectos de reconstrução e desenvolvimento de médio e longo prazos nas seguintes áreas:

Sectores	2 000	2 001	2 002	Total
Capacitação comunitária	9 195	10 945	9 840	29 975
Educação	14 821	25 598	17 363	57 782
Saúde	7 541	16 983	15 679	40 204
Agricultura	7 108	14 336	2 990	24 434
Infra-estruturas	21 090	49 306	22 717	93 111
Gestão económica	4 300	6 500	5 400	16 200
Total	64 056	123 663	73 988	261 705

1.000 USD

Eduardo Gageiro

Eduardo Gageiro

No sector da capacitação comunitária o destaque vai para os projectos que visam a satisfação das necessidades básicas das populações que façam a ponte entre o trabalho de emergência que está a ser desenvolvido pela OCHA e a criação de condições de desenvolvimento local auto-sustentado (estruturação do poder local, micro-créditos, subsídios para reabilitação de infra-estruturas e do tecido económico local, apoio aos grupos vulneráveis).

Tanto no sector da educação (43 MUSD) como no sector da saúde, o grosso dos apoios (32 MUSD) serão afectos à reabilitação de infra-estruturas logo seguidos das despesas com o capital humano, sendo no caso da educação, afectas à contratação de professores do ensino secundário e a acções de formação de professores e no caso da saúde à formação de técnicos no estrangeiro.

A área da recuperação de infra-estruturas, dotada com mais de um terço do total das disponibilidades para o triénio, irá privilegiar a recuperação da rede viária (31,5 MUSD) e a reconstrução de habitações para os mais carenciados (24 MUSD). Estão igualmente previstos apoios significativos para a recuperação dos sistemas: de adução de água (17 MUSD), de drenagem e esgotos (4,3 MUSD), de produção e distribuição de energia (7 MUSD). Para as infra-estruturas aeroportuárias estão afectos 6,1 MUSD, enquanto para os portos e marinha estão previstos 1,3 MUSD.

No que respeita aos sectores económicos estão previstos apoios ao domínio agrícola, com destaque para os projectos de apoio aos pequenos produtores de café (13,5 MUSD) e aos pequenos proprietários de gado e búfalos" (5,2 MUSD). Prevê-se igualmente, no âmbito do programa de Gestão económica, o apoio à recuperação das instituições económicas chave, ao desenvolvimento de capacidades de auto governo (capacidade legislativa, negociação de acordos internacionais, enquadramento do investimento estrangeiro, estatística) e sobretudo à criação de pequenas e médias empresas através de um sistema de crédito específico.

Eduardo Gageiro

Portugal irá apoiar o desenvolvimento dos referidos projectos através de um financiamento do Trust-Fund no montante de 50 MUSD, distribuídos pelos três anos de duração destes programas. A decisão sobre este montante foi tomada em função do peso do sector educativo na programação das despesas, e o Governo português indicou ao Banco Mundial a sua preferência pelo apoio aos projectos neste sector. Realizar-se-á em Lisboa, em Junho de 2000, a primeira reunião intercalar de revisão do programa do Banco Mundial.

Eduardo Gageiro

Balanço das actividades desenvolvidas durante o ano de 1999

Segundo as últimas estimativas disponíveis, o montante afecto pelo Orçamento do Estado de 1999 ao apoio à transição de Timor Leste ascende a cerca de 10,6 milhões de contos, dos quais cerca de metade se destinaram a suportar custos directos com o processo de transição (pagamentos para os Trust Funds das Nações Unidas e Missão de Observadores Eleitorais) bem como apoios às organizações representativas dos timorenses.

Executor	Apoios à transição	Valor
MNE	"Trust Fund for Settlement of the Question of East Timor"	1 878 756
MNE	Observadores eleitorais	370 500
MNE	Apoios a ONG (Carter Center, MOPTL - Ásia Fórum/Anfrel, IFET, Comissão para o Direito do Povo Maubere)	41 151
MNE	Evacuação de timorenses	23 000
MNE	Apoio à Fundação das Universidades	150 000
MNE	Trust Fund da Interfet	963 023
MNE	Apoios financeiros a organizações representativas dos timorenses, repatriamentos e apoios humanitários	1 408 130
Total		4 814 512

Unidade: contos

Eduardo Gageiro

Um segundo grupo de despesas prende-se com os apoios de natureza humanitária e de emergência que foi necessário disponibilizar após a consulta popular e que foram desenvolvidos através do Comissariado de Apoio à Transição de Timor Leste e que ascendem a cerca de 1,6 milhões de contos:

Executor	Missão Humanitária Portuguesa e Apoios concedidos pelo Comissariado de Apoio à Transição de Timor Leste	Valor
MS	Missão Humanitária – Postos de socorro do INEM	75 000
MAI	Missão Humanitária – Serviço Nacional de Protecção Civil	341 375
MAI	Missão Humanitária – Serviço Nacional de Bombeiros	64 000
CATTL	Missão Humanitária (funcionamento)	250 000
CATTL	Envio de material para reconstrução de casas e alfaias agrícolas	240 300
CATTL	Televisão Comunitária – Envio de 560 Kits para acesso à RTPI	65 500
CATTL	Apoio ao ACNUR (emergência)	75 340
CATTL	Apoio à Cruz Vermelha Internacional (100,000 EUROS)	20 048
CATTL	Apoio a ONG internacionais	187 589
CATTL	Apoio a ONG nacionais	116 048
CATTL	Missões técnicas e outros apoios	64 675
CATTL	Funcionamento do CATTL	86 500
Total		1 586 375

Unidade: contos

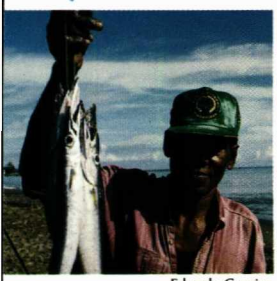
Lusa

No final do ano, na sequência da Conferência Internacional de Doadores para Timor Leste, Portugal disponibilizou apoios da ordem dos 2,1 milhões de contos destinados à execução de projectos de natureza humanitária e ao financiamento da componente civil da UNTAET, em que se destaca o apoio de 1,2 milhões de contos destinado ao pagamento dos salários dos funcionários públicos timorenses.

Executor	Apoios à reconstrução e reabilitação de âmbito multilateral	Valor
MNE	Protecção, repatriamento, reintegração de refugiados e deslocados (ACNUR 1 750 000 USD)	351 265
MNE	Repatriamento de deslocados (OIM 2 000 000 USD)	401 446
MNE	Relançamento da agricultura (OIKOS 72 300 USD)	14 749
MNE	Luta contra a malária (OMS 67 000 USD)	13 448
MNE	Saúde básica (UNICEF 500 000 USD)	101 995
MNE	Coordenação ajuda humanitária (OCHA 500 000 USD)	101 995
MNE	Trust Fund da UNTAET (6 MUSD)	1 188 981
Total		2 173 879

Eduardo Gageiro

Do Orçamento de 1999 foram ainda afectos 2 milhões de contos destinados à missão da Fragata Vasco da Gama e à preparação do contingente português que irá integrar a missão de manutenção de paz em Timor Leste.



Eduardo Gageiro

Executor	Operação de manutenção da paz	Valor
MAI	Aquisição de equipamento para contingente policial	500 000
MDN	Fragata Vasco da Gama	900 000
MDN	Preparação do contingente militar português	600 000
Total		2 000 000

Refira-se ainda que o CATTL apoiou e coordenou a implantação do BNU e dos CTT em Dili, e mediou a negociação com a UNTAET, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de um protocolo de intervenção nos sectores da electricidade e das águas e saneamento básico, que será concretizado pela EDP e pela Águas de Portugal. Este protocolo foi assinado na presença de S. Exa. o Presidente da República, em Dili, a 13 de Fevereiro de 2000. O CATTL enviou, também, uma equipa de 3 elementos para a administração do porto de Dili, que foi já formalmente reconhecida e será integrada na estrutura da UNTAET, tendo assumido a responsabilidade da gestão do porto de Dili no passado dia 21 de Fevereiro.

Resumo das despesas durante o ano de 1999

Rúbrica	Custo (contos)
Apoio à Consulta Popular e à Interfet	4 814 512
Missão Humanitária e Outras Actividades do CATTL	1 586 375
Apoio à Reconstrução e Reabilitação de Âmbito Multilateral	2 173 879
Operação de Manutenção da Paz	2 000 000
Total	10 574 766

Eduardo Gageiro

Eduardo Gageiro

Programa de Cooperação 2000 – 2002

Indicam-se seguidamente os princípios gerais do Programa Indicativo de Cooperação com Timor Leste, as exigências que os projectos de cooperação devem respeitar, a estrutura de coordenação da cooperação portuguesa com Timor Leste e finalmente os eixos prioritários para o Programa no ano 2000.

Princípios Gerais do Programa Indicativo da Cooperação

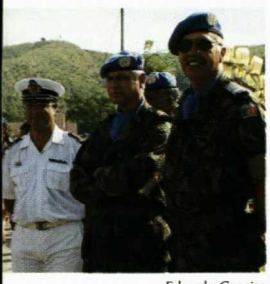
A política de cooperação para o desenvolvimento, como vertente da política externa, obedece aos princípios gerais que enformam a intervenção externa do Estado, centrando-se em valores como os da procura da paz, a solidariedade, a promoção da democracia e do Estado de Direito, a Defesa dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais, a defesa e afirmação da Língua Portuguesa, a conservação do ambiente e a igualdade de oportunidades para todos, independentemente do sexo e da religião.

A cooperação portuguesa desenvolver-se-á prioritariamente através do apoio ao Programa Conjunto de Reconstrução de Timor Leste liderado pela Administração Transitória das Nações Unidas (UNTAET) com o apoio de diversas Agências das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Banco Asiático de Desenvolvimento.

Eduardo Gageiro

A par dos projectos de carácter multilateral, mas em estreita articulação com eles e sob orientação da UNTAET, Portugal continuará a responder, na medida das suas possibilidades, aos pedidos directos de apoio formulados pelos representantes do povo Timorense.

Os projectos a desenvolver deverão subordinar-se às seguintes orientações de carácter específico:



Eduardo Gageiro

- Enquadramento nas Prioridades – As iniciativas a apoiar pelo Estado português deverão estar claramente enquadradas nas prioridades politicamente definidas, por forma a evitar a dispersão de esforços e a dotar a cooperação portuguesa de uma linha de acção clara e eficiente.
- Participação – A definição das prioridades, dos objectivos e das metodologias de intervenção dos programas e projectos de cooperação a desenvolver deverão contar com uma activa participação dos beneficiários por forma a assegurar uma efectiva co-responsabilização pelo sucesso das acções.
- Sustentabilidade – Os projectos deverão promover a criação de condições para uma progressiva transferência de responsabilidade para os beneficiários evitando a perpetuação das acções e a instalação de uma cultura da dependência da ajuda externa. Independentemente de poder vir a ser necessário um apoio à sustentação das actividades após o término do projecto, as exigências financeiras e técnicas deverão ter em conta as qualificações profissionais existentes e a capacidade financeira da administração timorense.

■ Complementaridade – A intervenção portuguesa integrar-se-á preferencialmente nos projectos de carácter multilateral, cabendo à área bilateral a intervenção em sectores em que existam evidentes vantagens comparativas e complementaridades face às acções desenvolvidas pelos restantes parceiros, designadamente no que respeita à educação e ao apoio institucional ao novo Estado. Estas acções serão conduzidas a pedido dos timorenses e em perfeita sintonia com a UNTAET.

Estrutura da cooperação com Timor Leste

Tendo por base as orientações contidas no presente programa e, salvaguardadas as necessidades de flexibilidade associadas à rápida evolução da situação em Timor Leste, compete ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Comissariado de Apoio à Transição de Timor Leste, em permanente articulação com a estrutura político-diplomática, a coordenação e acompanhamento das acções de cooperação que irão ser desenvolvidas.

Eduardo Gageiro

Nos termos da Lei do Orçamento do Estado, o financiamento dos projectos e acções será assegurado pelo orçamento da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento que está autorizada a transferir para os ministérios envolvidos as dotações necessárias à execução dos projectos aprovados.

A apreciação inicial das propostas, bem como a coordenação e o acompanhamento dos projectos aprovados pelo Comissariado será assegurado por uma delegação técnica da cooperação, integrada na Missão Diplomática de Portugal em Timor Leste, dotada dos meios humanos e técnicos necessários a um cabal desenvolvimento das suas funções e em estreita articulação com o Comissariado de Apoio à Transição de Timor Leste.

Eduardo Gageiro

Esta estrutura será coordenada por um conselheiro da cooperação que será coadjuvado por quatro adidos. Incluem-se entre as suas responsabilidades a monitorização e articulação das acções de natureza bilateral com os projectos desenvolvidos em sede multilateral, em particular nos sectores da educação, da assistência humanitária, da administração pública e da justiça, e do apoio ao desenvolvimento económico.

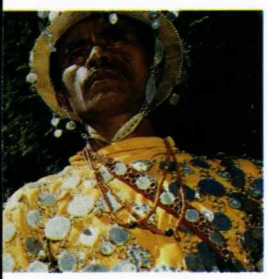
Para o apoio à formação e ao retorno dos Timorenses residentes em Portugal o Comissariado de Apoio à Transição em Timor-Leste trabalhará em articulação com a Comissão Permanente para o Acolhimento e a Inserção Social da Comunidade Timorense em Portugal, que é presidida pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Programa Indicativo da Cooperação para o ano 2000

Tendo presentes: as dificuldades associadas à programação no actual contexto Timorense; as exigências de articulação dos programas bilaterais com o governo de transição (UNTAET), em particular com os programas geridos pelas instituições multilaterais e com as solicitações do CNRT e de outras instituições da sociedade civil; pretende-se com o presente documento proceder à fixação das grandes linhas de orientação do apoio português a Timor Leste.

Em consonância com a estratégia definida pelo Governo Português de valorizar a intervenção no plano multilateral, apresenta-se no quadro seguinte, a programação dos desembolsos a realizar durante o ano 2000 destinados ao apoio à transição de Timor Leste.

Eduardo Gageiro



Albérico Alves

Multilateral	Valor
(a) Governação e capacitação Institucional	
(Trust Fund da UNTAET)	300 000
(b) Auxílio Humanitário (UNOCHA)	1 136 600
ACNUR	550 000
OMS	186 600
OCHA	100 000
UNICEF	300 000
(c) Reconstrução e Reabilitação	
(Trust Fund do Banco Mundial)	3 000 000
(d) Total (a)+(b)+(c)	4 436 600

Unidade: 1000 PTE

Nota: Utilizada taxa de câmbio indicativa: 1 USD=200 PTE

De entre as contribuições anunciadas durante a Conferência Internacional de Doadores realizada em Tóquio destinadas aos sectores da governação e da reconstrução, o Governo Português pretende, pendente de uma decisão favorável da UNTAET, que cerca de 6,5 MUSD sejam afectos a projectos de reabilitação a serem desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destinados, designadamente, à capacitação institucional da administração pública e gestão macro-económica; à reconstrução e reabilitação da rede de água, esgotos; à reconstrução e reabilitação da produção e transporte de energia; e à reabilitação dos portos e aeroportos.

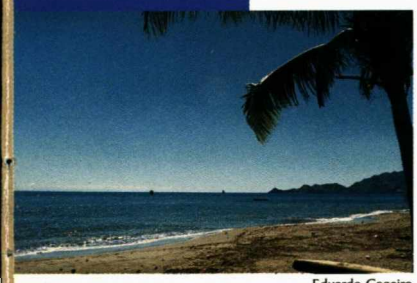
Devido à complexidade do esforço de reconstrução e a necessidade de enquadramento dos projectos de reconstrução das infra-estruturas no contexto de desenvolvimento de médio e longo prazo, o Governo Português só irá intervir nesta área mediante solicitação do CNRT e autorização da UNTAET, através da apresentação de projectos cujo financiamento será assegurado através da nossa contribuição multilateral.

No âmbito bilateral, existem disponibilidades para afectar cerca de 5,8 milhões de contos, à execução de projectos agrupados nas cinco áreas de concentração identificadas pelo Governo como prioritárias.

Bilateral	Valor
a) Apoio ao sistema educativo	1 360 000
b) Assistência humanitária e sector da saúde	600 000
c) Apoio à estruturação do futuro Estado e reforço da Sociedade Civil	950 000
d) Construção e reabilitação edifícios	1 010 000
e) Apoio ao desenvolvimento económico	1 950 000
TOTAL	5 870 000

Unidade 1000PTE

Eduardo Gageiro



Eduardo Gageiro

Com as reservas decorrentes da dificuldade de se obterem, nesta fase informações mais precisas sobre os encargos financeiros dos projectos identificados e ainda no que respeita às dificuldades em aferir a capacidade de absorção dos fundos disponíveis por parte de Timor Leste apresenta-se seguidamente uma estimativa, dos desembolsos previstos para o ano 2000:

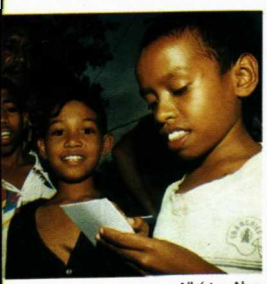
Para além do apoio a estes programas, 4,7 milhões de contos financiarão o pagamento de acções a desenvolver pelas forças armadas e de segurança que integram a força de peacekeping e a civpol e que deverão ser consideradas no esforço de reabilitação e desenvolvimento apoiado por Portugal

Apoio ao Sistema Educativo

O sector da educação foi indicado como a primeira prioridade da Cooperação Portuguesa com Timor Leste no relatório apresentado pelo MNE em Maio de 1999. Os pressupostos então presentes mantêm-se, e a vontade claramente expressa pela liderança política timorense corresponde a um importante contributo de Portugal neste sector. O processo de elaboração de uma estratégia de intervenção da Cooperação Portuguersa neste sector resultou na criação de importantes sinergias com estruturas da sociedade civil, entre as quais se destaca a Fundação Calouste Gulbenkian.

Dotado em termos indicativos com 1 milhões e 360 mil contos, estão já identificados projectos nas seguintes áreas:

- Apoio à reorganização do sistema educativo – Apoio técnico e financeiro às primeiras estruturas de administração escolar em todo o território; recenseamento das crianças e jovens em idade escolar; organização curricular do ensino básico e secundário; concepção de manuais escolares e materiais didácticos adequados; apoio à elaboração de uma lei de bases do sistema de ensino e à elaboração de legislação subsequente. (Previsão de custos: 100 000 contos).
- Formação de professores – Formação directa e à distância de professores timorenses para o ensino básico e secundário; cursos de reciclagem e de formação a docentes; ensino da língua portuguesa em matérias disciplinares (Previsão de custos: 324 000 contos).
- Apoio directo à leccionação no ensino secundário e à elaboração de materiais – Assegurar um contingente de professores cooperantes para áreas disciplinares do ensino secundário em falta no território, bem como professores de áreas técnicas, tecnológicas e de qualificação profissional de jovens; apoio às escolas das dioceses de Dili e Baucau. (Previsão de custos: 436 000 contos).
- Apoio à reestruturação do ensino superior – Reabertura progressiva de cursos nas áreas de agronomia, economia e gestão, ciências e tecnologia (a integrar no futuro instituto politécnico) ciências sociais e humanas, e ciências da educação; apoio à criação de um Instituto da Língua Portuguesa (acção a levar a cabo pelo Instituto Camões); apoio à criação de um Instituto da Língua Tetum; apoio à Biblioteca da Universidade de Díli. (Previsão de custos: 300 000 contos).
- Ensino da língua portuguesa – Formação em português como língua estrangeira para a população em geral; disseminação em todo o território da oferta de cursos; ensino directo e à distância através da rádio, da televisão e do vídeo; apoio à elaboração de um dicionário Português-Tetum; cursos extra-curriculares de



Albérico Alves

Eduardo Gageiro

aperfeiçoamento da língua portuguesa para estudantes universitários, docentes de Língua Portuguesa e funcionários da administração pública; distribuição de materiais de ensino, gramáticas e dicionários. (Previsão de custos: 150 000 contos).

- Bolsas de estudo para timorenses no estrangeiro e em Timor Leste. (Previsão de custos: 150 000 contos).
- Criação de um Centro Cultural Português – Acções na área cultural e difusão da língua portuguesa a um público diversificado e amplo (Instituto Camões). (Previsão de custos: 30 000 contos).

Assistência Humanitária e Sector da Saúde

Eduardo Gageiro

O grau de devastação atingido com a destruição de Setembro de 1999 tornou obrigatória uma intervenção nesta área. A passagem de um contexto de emergência para um contexto de reabilitação e transição para a independência permite agora lançar projectos neste sector que contribuirão para um sistema de saúde do futuro país independente. Estes projectos têm em conta que este sector não será um eixo prioritário da Cooperação Portuguesa com Timor Leste no futuro de médio prazo.

Dotado em termos indicativos com 600 mil contos, estão já identificados projectos nas seguintes áreas:

- Reconstrução do Hospital Dr. António Carvalho (valências: saúde materno-infantil, ginecologia e obstetrícia e doenças infecto contagiosas). (Previsão de custos: 250 000 contos).
- Apoio a organizações não-governamentais da saúde a actuar em quatro distritos, para além de Díli. (Previsão de custos: 200 000 contos).
- Missão humanitária – Terminada a fase de emergência a missão humanitária, está também a terminar as suas actividades, embora algumas ainda sejam imputáveis ao exercício do ano 2000. (Previsão de custos: 150 000 contos).

Eduardo Gageiro

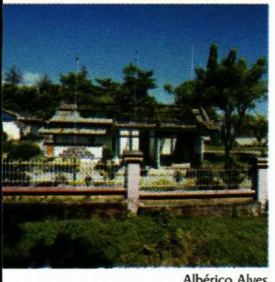
Apoio à Estruturação do Futuro Estado e Reforço da Sociedade Civil

O relatório de Maio de 1999 sobre a Cooperação Portuguesa com TimorLeste identificou o apoio à estruturação do futuro Estado como um sector onde havia uma vantagem comparativa portuguesa. A estrutura e o funcionamento do aparelho estatal serão factores fundamentais para determinar o sucesso do novo Estado independente. A Cooperação Portuguesa apoiará em particular os sectores da Administração Pública, Judiciária e da Segurança Interna.

Dotado em termos indicativos com 950 mil contos, estão já identificados projectos nas seguintes áreas:

- Apoio ao sector da administração pública – Apoio à capacitação institucional na área da administração pública (PNUD/INA). Estruturação dos serviços; destacamento de técnicos para formação de quadros timorenses. (Previsão de custos: 200 000 contos).
- Apoio ao sector jurídico – Avaliação das instalações prisionais; formação de magistrados timorenses (Lisboa); envio de três magistrados, um advogado e um funcionário de justiça para Díli; envio de material de apoio ao funcionamento do tribunal de Díli. (Previsão de custos: 100 000 contos).
- Apoio ao sector da segurança interna – Criação da Escola da Polícia (Previsão de custos: 100 000 contos).
- Apoio à estruturação do Serviço de Bombeiros com 3 corpos situados em Díli, Baucau, Aileu. (Previsão de custos: 50 000 contos).
- Assessorias técnicas (áreas das finanças públicas e questões monetárias, desenvolvimento económico estratégico, ordenamento do território, entre outras). (Previsão de custos: 300 000 contos).
- Apoio ao regresso de timorenses. (Previsão de custos: 100 000 contos).
- Apoio ao funcionamento das estruturas representativas dos timoreneses. (Previsão de custos: 100 000 contos).

Albérico Alves



Albérico Alves

Construção e Reabilitação de Edifícios

A onda de destruição de Setembro último incidiu de forma grave sobre o parque imobiliário de Timor-Leste, sendo portanto necessário agora investir na sua recuperação. A Cooperação Portuguesa propõe-se contribuir neste sector através da recuperação de edifícios considerados de interesse histórico ou utilidade pública, e da construção das infra-estruturas físicas indispensáveis para o funcionamento dos projectos de cooperação.

Dotado em termos indicativos com 1 milhão e 10 mil contos, estão já identificados projectos nas seguintes áreas:

- Reabilitação de edifícios emblemáticos (Previsão de custos: 310 000 contos):
  - Palácio do Governador (100 000 mil contos);
  - Casa do Bispo de Dili (40 000 mil contos);
  - Casa e Convento das Irmãs Canossianas (40 000 mil contos);
  - Centro Social de Lete Foho (10 000 contos);

– ACAIT (Associação Comercial Agrícola e Industrial de Timor) (80 000 contos);
– Chancelaria (40 000 contos).

■ Construção de estruturas locais de apoio à cooperação portuguesa (Previsão de custos: 700 000 contos):
– Construção de alojamentos pré-fabricados e reabilitação de edifícios nas capitais de distrito (500 000 mil contos);
– Construção do Bairro da Cooperação em Díli (200 000 contos).

Apoio ao Desenvolvimento Económico

A sustentabilidade futura de Timor-Leste passa pela sua capacidade de criar um ambiente propício à actividade económica. Trata-se de um sector complexo inter-relacionado com muitos outros sectores, como por exemplo um Estado justo e eficiente e um sistema educativo apropriado para o contexto. Em termos de apoios directos é, no entanto, possível identificar algumas iniciativas que a Cooperação Portuguesa irá tomar, sendo de sublinhar que em todos as áreas haverá uma participação de empresas portuguesas na concretização e no desenvolvimento dos respectivos projectos.

Eduardo Gageiro

Dotado em termos indicativos com 1 milhão e 950 mil contos, estão já identificados projectos nos seguintes sectores:

■ Apoio à reabilitação dos sectores das águas, saneamento básico, tratamento de resíduos sólidos, electricidade, administração do porto de Dili, estruturação do sector da aviação civil. (Previsão de custos: 1 milhão e 200 000 contos).

■ Assessorias técnicas: sector alimentar, café, indústrias extractivas, construção civil, metalomecânica. (Previsão de custos: 300 000 contos).

■ Participação na HARII - Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS. (Previsão de custos: 150 000 contos).

■ Apoio a estruturas de Comunicação Social (Previsão de custos: 300 mil contos).

Albérico Alves

A cooperação bilateral acima discriminada atinge, para o ano 2000, o valor de 5,87 milhões de contos, aos quais se terá de somar o montante de ajuda multilateral comprometido na conferência de doadores em Tóquio, em Dezembro passado, que atinge 4,44 milhões de contos. O conjunto de programas e projectos em curso ou em vias de lançamento e financiamento atinge, assim, para o ano 2000, o total de 10,31 milhões de contos, a que acrescem 4,7 milhões de contos para pagamento.

Resumo das despesas previstas para o ano 2000

Sub-programa	Previsão de custos
Assistência por via Multilateral	
Trust Fund UNTAET	300 000
Auxílio Humanitário	1 136 600
Trust Fund East Timor	3 000 000
Sub-total	4 436 600
Assistência por via Bilateral	
Apoio ao Sistema Educativo	1 360 000
Assistência Humanitária e Saúde	600 000
Apoio à Estruturação do Estado	950 000
Construção e Reabilitação de Edifícios	1 010 000
Apoio ao Desenvolvimento Económico	1 950 000
Sub-Total	5 870 000
Apoio a acções de cooperação técnico-militar e segurança	4 700 000
Total	15 006 000

Valores em contos

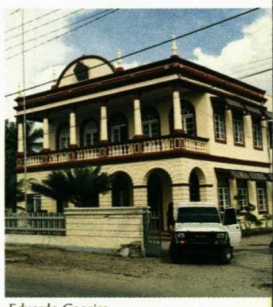
Eduardo Gageiro

Eduardo Gageiro

ANEXO I - Apelo Consolidado das Nações Unidas para Timor Leste

Designação	Executor	Valor
Retorno e Reintegração (incluindo abrigo)		
Tim- E/N01 - Protecção, repatriamento, e reintegração de refugiados e deslocados	ACNUR	45 350 000
Tim- E/N02 - Repatriamento de deslocados	OIM	23 250 000
Tim- E/N03 – Construção de abrigos	ONG/WVI	2 131 000
Tim- E/N04 - Retorno de quadros	OIM	600 000
Tim- E/N05 – Reintegração de combatentes desmobilizados	OIM	126 321
Tim- E/N06 - Serviço itenerante de informação e identificação	OIM	1 192 535
Ajuda alimentar e segurança alimentar		
Tim- E/N07 – Assistência alimentar de emergência	WFP	21 600 000
Tim- E/N08 – Distribuição de sementes	FAO	310 000
Tim- E/N09 - Apoio ao retorno e reinstalação de famílias agrícolas deslocadas em Timor Ocidental	FAO	600 000
Tim- E/N10 – Apoio de emergência às culturas do milho e arroz	FAO	860 000
Tim- E/N14 – Apoio produção de arroz (GAA)	ONG/GAA	667 600
Tim- E/N15 – Relançamento da agricultura (OIKOS)	ONG/OIKOS	72 300
Saúde		
Tim- E/N16 – Malária	OMS	1 450 000
Tim - E/N25 – Saúde básica	UNICEF	2 500 000
Água e saneamento		
Tim- E/N28 – Água e saneamento	UNICEF	3 760 000
Educação e acção comunitária		
Tim- E/N38 - Protecção de crianças desacompanhadas da família (International Red Cross)	ONG – IRC	150 000
Princípios humanitários		
Tim- E/N40 – Projecto de princípios humanitários	UNICEF	483 000
Coordenação e logística		
Tim- E/N44 – Coordenação OCHA	OCHA	3 300 000
Tim- E/N45 - Unidade de "mapeamento" e informação	OCHA	412 700
Tim- E/N47 – Operações Especiais do Programa Alimentar Mundial	WFP	16 655 018
Tim- E/N48 - Radio Kmanek (Caritas)	ONG – Caritas	500 000
Total		125 970 474

Unidade: USD



Eduardo Gageiro

Eduardo Gageiro

ANEXO II - O programa de Apoio à Reconstrução de Timor Leste 2000-2002 (Banco Mundial e UNTAET)

Projectos	2 000	2 001	2 002	Total
Capacitação comunitária				
Subsídio para reabilitação comunitária	4 950	4 520	4 020	13 490
Capacitação do desenvolvimento comunitário	3 495	4 520	4 420	12 435
Créditos semente para micro empresas		500	500	1 000
Centros comunitários em aldeias e conselhos	500	1 250	750	2 500
Capacitação do poder local	250	150	150	550
Educação				
Livros escolares	1 608	3 212	824	5 644
TA / sistema de monitorização	80	95	95	270
Educação primária	50	150	150	350
Formação de professores	704	364	356	1 424
Educação de adultos e de jovens	130	290	290	710
Ensino à distância (educação técnica e sector terciário)		355	145	500
Substituição de professores ensino secundário	5 720			5 720
Reabilitação de infra-estruturas	6 529	21 132	15 503	43 164
Saúde				
Formação de médicos e enfermeiros no estrangeiro	500	3 500	3 000	7 000
Reestabelec. de capacidade de gestão pública da saúde	300	150	150	600
Diagnóstico do sistema de saúde	300	150		450
Reabilitação de infra-estruturas	6 441	13 183	12 529	32 153
Agricultura				
Mapeamento de sistemas e capacidades agrárias	75	152	78	305
Criação de base de dados sobre condições de vida rurais		72	62	134
Restauração da rede de estações meteorológicas		38	259	297
Estações locais de multiplicação e fornecim. de sementes	228	299	164	691
Mecanização para pequenos agricultores		1 525	1 075	2 600
Melhoria de pastos e erradicação de ervas daninhas		160	92	252
Reabilitação da produção de aves	215	200		415
Apoio aos pequenos proprietários de gado e búfalos	2 600	2 600		5 200
Apoio aos pequenos produtores de café	3 990	8 750	750	13 490
Gestão da terra e de recursos agro florestais		540	260	800
Inovação Agrícola			250	250
Infra-estruturas				
Reparação de rede de estradas	4 386	13 683	13 464	31 532
Recuperação de portos e da marinha	315	1 000		1 315
Recuperação do aeroporto e controlo de trafego aéreo	1 756	3 900	500	6 155
Recuperação de habitações para pobres	8 305	16 305		24 610
Recuperação dos sistemas de adução de água	3 510	8 180	6 180	17 870
Recuperação de sistemas de produção e distribuição de energia	1 921	4 287	1 073	7 281
Recuperação dos sistemas de drenagem e esgotos	898	1 950	1 500	4 348
Gestão económica				
Recuperação das instituições económicas chave	460	460		920
Desenvolvimento da capacidade legislativa	440	440		880
Negociação de acordos internacionais	500		500	1 000
Enquadramento do investimento estrangeiro	200	200		400
Créditos para pequenas e médias empresas	2 000	4 000	4 000	10 000
Gabinete estatístico - Censos e diagnóstico	700	1 400	900	3 000
Administração pública				
Capacitação e formação e funcionários públicos	1 426	1 579	1 437	4 442
Subcontratação do recrutamento	400			400
Formação	365	356	287	1 008
Assistência técnica	1 061	1 264	1 150	3 475
Sistema de arquivo		50		50
Recuperação da administração pública e de edifícios públicos (excluindo os tribunais)	8 928	13 373	6 445	28 746
Segurança Interna e Justiça				
Assistência técnica ao sector judicial	225	75		300
Assistência técnica à comissão de terras	90	30		120
Recuperação de tribunais e edifícios judiciários	830	1 509	176	2 515
Total	77 381	141 897	83 483	302 760

1.000 USD

Eduardo Gageiro

Eduardo Gageiro

Edição: Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor Leste / Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Coordenação de edição: Sérgio Soares

Apoio: Rute Ricardo (CATTL)

Design, paginação e produção gráfica: Editando - Edição e Comunicação, Lda.

Fotografia: Eduardo Gageiro, Arquivo CATTL, Albérico Alves e LUSA

Pré- impressão: IDG

Impressão e acabamento: Scarpa

Depósito legal 153234/00

Tiragem: 2000 exemplares

Junho 2000

Timor Leste

Ministério dos Negócios Estrangeiros